
A educação como forma de preservação do patrimônio cultural. Dois exemplos vindos da arqueologia de contrato

Paulo J. C. Mello¹
Rosinalda C. Silva²

Resumen

El patrimonio arqueológico es poco conocido y apreciado en Brasil, y sufre de amenazas graves de los grandes proyectos de desarrollo económico.

Educación patrimonial es una parte muy importante de la investigación arqueológica. Ella construye un vínculo entre los arqueólogos y comunidad, proporcionando una defensa más efectiva de ese patrimonio.

Esta investigación muestra el desarrollo del trabajo educativo realizado en el área a ser afectada por la construcción de la Hidroeléctrica (AHE) Serra do Facão (Goiás – Brasil) por la construcción de la Línea de Transmisión Norte-Sul (Goiás e Tocantins – Brasil)

Palabras clave: patrimonio arqueológico; educación del patrimonio; arqueología pública; arqueología del contrato

Abstract

The archaeological heritage is little known and appreciated in Brazil, and suffers serious threats by major economic development projects

The heritage education is a very important part when dealing with archaeological research, since it builds a link between the archaeologist and the community, providing a more effective heritage protection.

This research shows the educational work done in the area to be affected by construction of the Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) da Serra do Facão (Goiás – Brazil), and Transmission Line Norte-Sul (Goiás e Tocantins – Brasil).

Key words: archaeological heritage, heritage education, public archaeology, contract archaeology

O patrimônio arqueológico é pouco valorizado aqui no Brasil em função, principalmente, tanto de sua pouca monumentalidade (com exceção de sítios com arte rupestre ou quando se encontram enterramentos humanos, os sítios arqueológicos passam completamente despercebidos. Quem liga para uns

1 Professor Adjunto 1 – Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. paulojc.mello@gmail.com

2 Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela PUC-Goiás (2009). Responsável pela educação patrimonial do Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico da área afetada pela AHE Serra do facão (GO) rosinegra@gmail.com

caquinhos de cerâmica?) como da não identidade cultural da população atual com a pré-histórica (a arqueologia pré-histórica no Brasil é marcada pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, diferentemente do que ocorre em alguns países vizinhos, como Peru e Bolívia, por exemplo).

Um outro problema é que esse patrimônio é extremamente frágil: uma vez que os sítios arqueológicos encontram-se no sub-solo ou na superfície, qualquer atividade que impacte o solo irá, necessariamente, causar algum dano ao patrimônio.

Um dos principais agentes destrutivos são as grandes obras de engenharia, como a construção de estradas, usinas hidrelétricas, etc, onde as ameaças ao patrimônio são facilmente perceptíveis.

Sendo definido e protegido pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 20, 23 e 216), o patrimônio cultural, onde se inclui o patrimônio arqueológico, conta ainda em seu favor com dois conjuntos de Leis:

- Um mais antigo, que trata especificamente do patrimônio cultural (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e históricos);

- e outro mais recente, tratando da proteção ambiental, mas que apresenta várias referências ao patrimônio arqueológico (podemos citar, entre outras, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; Lei 7.347 de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico; Decreto nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a inclusão no orçamento de projetos e obras federais de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras, Decreto nº 99.540, de 21 de setembro de 1990, que institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional)

Tanto a legislação ambiental como aquela sobre o patrimônio “refletem o contexto histórico em que foram elaboradas. A legislação sobre patrimônio cultural (de 1937 e de 1961) não estava preocupada com a possibilidade de ações lesivas ao patrimônio como as que se impuseram após as décadas de 1960 e 70 com os grandes projetos desenvolvimentistas, tanto no que se refere a sua envergadura quanto a sua quantidade” (Santos, 2001:38).

É a partir dessa época (década de 1970), primeiramente nos EUA, que a arqueologia começa a experimentar um desenvolvimento sem precedentes, com o surgimento da chamada Gestão de Recursos Culturais, quando começou-se a perceber que, assim como alguns recursos naturais, os restos arqueológicos são frágeis, estão expostos ao perigo e, diferentemente de outros recursos culturais, representam aspectos únicos, finitos e não renováveis da

herança cultural. Esses recursos, portanto, devem ser tratados e gerenciados para assegurar sua sobrevivência (Kerber, 1994).

Aqui no Brasil isso ocorreu a partir da assinatura da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA n. 001/86), em 23/06/1986, onde foram estabelecidas as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso da Avaliação de Impacto Ambiental. Ou seja, dependendo da magnitude da obra de engenharia a ser realizada, seria necessário que se fizesse um diagnóstico da área a ser impactada pelo empreendimento, bem como se propusesse medidas para a proteção do patrimônio a ser afetado.

As atividades técnicas mínimas a serem desenvolvidas na elaboração do EIA-Rima foram definidas no Art. 6 da Resolução CONAMA n° 001/86:

*“1. diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: a) o meio físico (...); b) o meio biológico (...); c) o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, **destacando-se os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade**, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.”*

Um ponto central é que a proteção não significa necessariamente preservação, pois, na prática, nem todos os sítios arqueológicos podem ser preservados, não podem nem mesmo ser estudados com um grande nível de intensidade, uma vez que é impossível escavar todos os sítios de uma área, ou escavá-los totalmente.

Outro ponto que ficou patente com o passar dos anos é que sem a ajuda da comunidade a preservação desse patrimônio se torna muito mais difícil, pois é a comunidade que conhece o local e é ela que estará lá, permanentemente, para proteger o patrimônio de possíveis ameaças.

A educação patrimonial é, portanto, uma peça muito importante ao se lidar com arqueologia, pois cabe também ao arqueólogo construir um elo entre a comunidade e o projeto arqueológico que ele está desenvolvendo, onde deve existir um compromisso profissional que passa pela necessidade de mostrar ao público uma arqueologia que seja um instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania.

Assim, existe a tarefa, um dever profissional, de tornar a arqueologia alcançável ao público. A apresentação da arqueologia ao público tornou-se premente uma vez que há uma crescente destruição do patrimônio arqueológico, não só aqui no Brasil mas em todo o mundo, e uma das causas dessa destruição é a relação distorcida existente do público com o patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, com a arqueologia.

Essa necessidade se tornou patente, tanto que o IPHAN, órgão federal que protege o patrimônio e fiscaliza o trabalho do arqueólogo, baixou uma portaria (portaria n. 230, de 2002) onde exige a implementação de programas de educação patrimonial desde o início dos trabalhos arqueológicos que são realizados para a obtenção das licenças ambientais.

A educação patrimonial funcionaria, nesses casos específicos, como um agente amenizador dos impactos causados no patrimônio cultural pela implantação desses empreendimentos de engenharia, e teria como objetivo auxiliar as comunidades afetadas na descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, gerando com isso o sentimento de pertencimento e apropriação, modificando assim suas atitudes em relação aos seus bens patrimoniais, dentre eles o patrimônio arqueológico.

Mas o que preservar e por que preservar?

De acordo com Meneses (1984), haveria três razões para a preservação e valorização do patrimônio arqueológico: 1) Razão científica: porque são fontes primárias de conhecimento; 2) Razão afetiva: o sentimento de pertencer a algum lugar é um forte argumento; 3) Razão política: o cidadão tem direito à re-apropriação de seu patrimônio. O exercício desse direito pressupõe o seu reconhecimento enquanto parte de sua história.

Assim, a educação patrimonial surge como elo que liga o ser social com sua história a partir dos vestígios arqueológicos. É necessário fazer com que as descobertas arqueológicas ultrapassem o âmbito científico/acadêmico e ganhe espaço na vida cotidiana das pessoas, como qualquer outra disciplina, criando uma relação entre patrimônio arqueológico e sociedade.

No entanto, no caso específico do patrimônio arqueológico pré-histórico, essa re-apropriação, o reconhecimento desse material como fazendo parte da sua história é bastante complicado, pelos motivos já expostos no início desse trabalho.

Outro ponto problemático para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial em áreas afetadas por obras de engenharia é a falta de tempo, pois esses projetos tem a duração da construção da obra (na verdade tem um tempo bem menor, pois quase sempre os trabalhos de arqueologia começam quando a obra já está em fase adiantada). A falta de continuidade prejudica qualquer esforço educacional

Assim, para nós, a escolha do ambiente escolar para o desenvolvimento de projetos desse tipo parece ser uma escolha natural, não só pela tentativa de

imprimir um caráter de continuidade mas, também, por a escola ser um espaço de mudanças, ela se torna o melhor lugar para se tratar de arqueologia, de preservação e de patrimônio, assuntos pouco conhecidos, mas necessários para melhor compreensão de nossa existência.

Estar preocupado com a qualidade de ensino hoje implica em assumir uma pedagogia do pensar crítico, reflexivo e criativo. Nesse sentido, Freire (1996:23) afirma que quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender, o que transforma a relação educando educador em uma troca constante.

O processo de ensino e aprendizagem teria então, como referência, o sujeito que aprende, respeitando seu modo de pensar, sua relação com o saber e como ele constrói e reconstrói conceitos e valores, ou seja, a formação de sujeitos pensantes implicando estratégias interdisciplinares de ensino para desenvolver competências do pensar e sobre o pensar. Isso não é válido somente nos ensinamentos formais, mas também em temas extracurriculares, como é o caso do projeto em questão.

Cabe ao educador criar elos que facilitem a compreensão desses aprendizes. Mas não se pode negar que a educação aqui no Brasil ainda é bastante falha, sendo que os professores nem sempre foram preparados para a tarefa de mediar conhecimentos, e isso no que se refere a educação formal. O que dizer de temas mais distantes como patrimônio cultural e arqueologia?

Freire (1996:22) afirma que o educador tem que perceber que ensinar é bem mais do que transferir conhecimento; é criar possibilidades para a sua construção, e isso segundo ele só acontecerá se a relação educando-educador, for uma relação de troca e respeito. Mas isso é algo construído nas interações do dia-adia, pois se funda na convivência e conhecimento entre alunos e educador.

O que se deve fazer para se criar esse laço ou quebrar barreiras e, em se tratando de temas extras curriculares como educação patrimonial, se os encontros são mínimos e os temas tão longe da realidade escolar?

O ponto de vista defendido aqui é aquele em que os alunos podem ser intencionalmente ensinados a pensar em contextos sócio-culturais específicos.

Nesse sentido, os processos do *aprender a pensar* e do *aprender a aprender*, além de estarem vinculados à psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento, dependem também da consideração dos contextos sócio-culturais subjacentes.

O ensino nesse contexto, tem caráter de intencionalidade, implicando portanto, em opções sócio-políticas que obrigam a discussão e a construção dos objetivos e práticas do ensino no próprio marco institucional em que ocorrem. Nesse sentido, a arqueologia pública e o patrimônio arqueológico são os porquês de sua descoberta nos projetos em questão.

Conforme podemos ver em Libâneo (2003:4), a escola é o primeiro espaço

onde o indivíduo aparece como ser social e que, por isso, o espaço educacional deve ser um espaço de mudanças. Essas mudanças somente serão possíveis por meio de discussões e experiências, que se bem desenvolvidas, gerarão conhecimento e continuidade.

Assim, em dois diferentes projetos desenvolvemos os trabalhos de educação patrimonial, sempre tendo como alvo as escolas públicas. Porém em um deles, focamos em um pequeno grupo de professores, enquanto que no outro o público alvo foi os alunos.

Educação Patrimonial na área afetada pela AHE Serra do facão

O primeiro trabalho de educação patrimonial foi realizado na área afetada pelo Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Serra do Facão, que está sendo construído, sob a responsabilidade da empresa Sefac – Serra do facão Energia S.A., no vale do rio São Marcos, afluente do Paranaíba, bacia do Alto Paraná.

A construção da Usina Hidrelétrica formará um lago com aproximadamente 250 km², atingindo parte de cinco municípios goianos (Catalão, Campo Alegre de Goiás, Davinópolis, Cristalina e Ipameri) e de um município no estado de Minas Gerais (Paracatu), sendo que grande parte desse lago (mais de 90% dele) ficará nos municípios de Catalão e Campo Alegre de Goiás.



Fig. 1 – Localização aproximada da AHE Serra do facão (fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki>)

Catalão possui uma população de 81.000 habitantes, conta com 51 escolas de ensino fundamental e médio, e 696 professores; já Campo Alegre conta com apenas 6.000 habitantes, 9 escolas e 76 professores.

Como já foi discutido mais acima, escolhemos desenvolver esse projeto junto às escolas da região, mais especificamente junto aos professores, que funcionariam, após o término do projeto, como multiplicadores desse conhecimento.

No caso específico do projeto do AHE Serra do Facão, a empresa construtora já mantinha projetos sociais junto aos moradores que seriam impactados pelo empreendimento. Dentre esses projetos havia um sobre educação ambiental, tendo sido criado grupos de estudo com professores e agricultores.

O projeto de educação patrimonial foi desenvolvido junto a um grupo formado por 21 professores que pertenciam às redes municipal e estadual de educação do município de Campo Alegre. Escolhemos esse município por ser mais carente e menor acesso às informações.

Assim, foi proposto, e realizado, um curso com 60/h de duração, onde foram vistos os seguintes temas:

- a origem e evolução do homem,
- o povoamento da América,
- a pré-história de Goiás (estado onde vivem os professores),
- a importância do patrimônio arqueológico e, por fim,
- o trabalho do arqueólogo, incluindo visitas a campo (sítios pré-históricos e históricos) além de duas oficinas, uma sobre material lítico lascado, e outra sobre material cerâmico.



Fig. 2 – Oficina de cerâmica



Fig. 3 – Visita a sítio arqueológico

O propósito da dinâmica utilizada não foi só introduzir as leis patrimoniais, mas também levá-los a perceber que as palavras “preservação” e “pertencimento” tinham que andar juntos, pois ninguém preserva algo que não considera como seu, ou como parte de si mesmo.

A preocupação principal era a de que os professores saíssem do curso com conceitos claros, em especial, sobre o de patrimônio arqueológico e patrimônio cultural.

Educação Patrimonial na área afetada pela Linha de Transmissão Norte-Sul

A linha de transmissão Norte-Sul, obra executada pela INTESA – Integração Transmissora de Energia S.A., tem uma extensão total de 695 km, passando pelo norte do estado de Goiás (região Centro-Oeste do Brasil) e atravessando quase todo o estado de Tocantins (região Norte).

Dos 23 municípios cortados pela linha, escolhemos 5 para a realização dos trabalhos de educação patrimonial: Minaçu, Palmeirópolis, Presidente Kennedy, Guaraí e Rio dos Bois.



Fig 4 – localização dos municípios abrangidos pelo projeto de educação patrimonial

Enquanto Minaçu encontra-se no estado de Goiás, e apresenta uma população de cerca de 35.000 habitantes, os demais encontram-se no estado de Tocantins, com população não ultrapassando 8.000 habitantes em nenhum deles (exceção feita à Guaraí, que tem cerca de 20.000 habitantes).

Em todos os municípios foram feitas palestras em pelo menos duas escolas, públicas, escolhidas pelas secretarias municipais (exceção feita ao município de Minaçu, onde foram realizadas palestras em 5 escolas, sendo uma delas particular), abrangendo alunos do 3º ano do ensino fundamental, até o 3º ano do ensino médio (crianças a partir dos 8 anos de idade, chegando até os 18 anos).

As palestras versavam sobre o trabalho do arqueólogo, as atividades desenvolvidas na área, bem como os sítios arqueológicos ali descobertos. Também falava-se sobre a importância do patrimônio arqueológico e a necessidade de preservá-lo para as futuras gerações. Após as palestras foi aplicado um questionário para os alunos com idade superior a 11 anos³.



Fig 5 – Palestra realizada em escola do município de Guaraí

com as crianças menores foram realizadas atividades lúdicas relativas ao tema como oficinas de pintura e de desenhos, que tinham como objetivo que as crianças começassem a explorar e a se apropriar do patrimônio.

3 O questionário era bastante simples, com 5 perguntas: 1) o que é arqueologia; 2) O que é um sítio arqueológico; 3) Qual a relação da arqueologia com a história, 4) O que é patrimônio cultural, e 5) O que é educação patrimonial. Esperava-se, com esse questionário, avaliar o conhecimento aprendido nas palestras e, com a continuação dos trabalhos, voltar aos mesmos locais 6 meses depois para se fazer uma nova avaliação e dar continuidade às atividades de educação patrimonial. No entanto, por problemas que fugiram ao nosso controle, não foi possível realizar essa segunda etapa dos trabalhos.



Fig 6 – Atividades de desenho

No total foram atingidas mais de 1200 crianças, sendo que mais da metade delas no município de Minaçu, onde as atividades se desenvolveram com maior intensidade.

Considerações finais

Ao começar a desenvolver esses projetos foi possível perceber o tamanho da lacuna existente no meio educacional brasileiro, principalmente nas pequenas cidades do interior do país, não só em relação ao patrimônio cultural e à arqueologia, mas também às disciplinas que, cotidianamente, são ministradas no currículo.

Ficou evidente, também, que o principal problema para a preservação do patrimônio é a falta de conhecimento a respeito do mesmo.

Afirmar que as pessoas que participaram do projeto tornaram-se totalmente conscientes de seu papel no processo de preservação seria um tanto forçado.

Entretanto, podemos perceber o interesse dos mesmos em querer saber mais e, sobretudo, de perceberem, pelo menos em parte, a sua responsabilidade nesse processo. Esse fato se deu tanto em relação aos professores, como aos alunos. Apesar de o projeto que trabalhou com os alunos ter alcançado, a curto prazo, um número bem maior de pessoas, acreditamos ser, a médio e longo prazo, muito mais rentável e eficiente trabalhar com um grupo de professores, que conhecem melhor a sua comunidade, e funcionarão como divulgadores dos conhecimentos sobre o assunto.

Em ambos os trabalhos ficou clara a necessidade da continuação das atividades de educação patrimonial junto a população.

Mesmo no caso do trabalho realizado na Serra do Facão, é fundamental que os contatos entre os professores da rede pública de Campo Alegre e a gestora e a arqueóloga que ministraram o curso tenham uma continuidade, para que esses temas comecem a ser trabalhados de maneira mais efetiva nas escolas da região.

Na verdade, somente há algumas anos é que disciplinas como a antropologia e a sociologia passaram a fazer parte dos parâmetros curriculares e com isso se tornaram disciplinas obrigatórias. Até então, eram partes do que o meio educacional chama de “temas transversais”, sendo trabalhadas de forma não sistemáticas ou nas chamadas “semanas culturais”.

Esperamos que temas com arqueologia e patrimônio cultural sigam pelo mesmo caminho e, dentro de pouco tempo, passem a fazer parte do currículo dos estudantes de ensino médio.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, M. A. 2002. *O australopiteco corcunda: As crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.* (Tese de Doutorado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- BEZERRA, M. ^a 2003. *O público e o patrimônio arqueológico: Reflexões para a arqueologia pública no Brasil;* En: Revista *Habitus*. V.1, n.2, pp. 275-295.
- CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. C. M. M. 1999-2000. Arqueologia de contrato no Brasil. *Rev. USP*. p. 52-73.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio.* Edições 70. Lisboa.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. 2005. *O patrimônio em processo.* IPHAN: UFRJ/MINC, Rio de Janeiro.
- FREIRE, Paulo. 1996. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.* Paz e Terra, São Paulo.
- HAIGERT, Cynthia Gindri. 2003 Estado da arte sobre educação patrimonial. En: SOARES, André Luis Ramos (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências.* UFSM, Santa Maria.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial, Brasília.* Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- KERBER, J.E. (ed) 1994. Cultural resource management. Archaeological research, preservation planning, and public education in the northeastern United States. Bergin & Carvey. Westport.
- LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. 2009. Apostila de legislação ambiental sobre licenciamento e fiscalização. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/leg.cfm>. Acessado em: 05 abr. 2009.
- LIBÁNEO, J. C. 2008. O essencial da didática e o trabalho do professor em busca de novos caminhos. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acessado em: 10 dez. 2008.
- LIBÁNEO, J. C. 2008. Práticas sócio-culturais e institucionais e seu efeito na aprendizagem de alunos e professores (apontamentos). Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acessado em: 10 dez. 2008.
- MOTA, L. M. 2009. Releitura do patrimônio arqueológico em comunidades impactadas por obras de desenvolvimento econômico: um projeto de educação patrimonial em arqueologia. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-Goiás
- SANTOS, M. C. M. M. 2001. A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental. Dissertação apresentada ao MAE-USP.
- SILVA, R. C. 2009. Projeto de implantação do programa de educação patrimonial do AHE Serra do Facão e LT Norte-Sul. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-Goiás